



Programa Institucional Interno de Criação, Consolidação e Apoio a Grupos de Pesquisa

Relatório Final

Grupo: Estado, Democracia e Direito

Líder do grupo: Graciele Neto Cardoso Lins Dutra

Brasília, Agosto/2015

Programa Institucional Interno de Criação, Consolidação e Apoio a Grupos de Pesquisa

Grupo: Estado, Democracia e Direito

Líder do grupo: Graciele Neto Cardoso Lins Dutra

Área predominante: Direito Constitucional

Vigência do Projeto: Agosto/2013 a Agosto/2015

Resumo:

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Paulo Freire)

O Grupo de Pesquisa “Estado, Democracia e Direito” foi fundado em 2012 com intuito de promover o aperfeiçoamento das relações entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Curso de Direito das Faculdades Icesp-Promove, sendo o mesmo vinculado à linha de Pesquisa “Constituição e Democracia: Direitos Fundamentais e Constituição”.

Os estudos visam uma abordagem teórico-pragmática da democracia participativa. Portanto, as atividades estão voltadas para as audiências públicas no âmbito dos órgãos públicos como formas de participação do cidadão.

A princípio, o Grupo de Pesquisa voltou-se para o estudo de dois eixos pragmáticos: Orçamento participativo no Distrito Federal e Audiências Públicas no Supremo Tribunal Federal. No entanto, com o objetivo de aprofundar um dos eixos, houve a necessidade de selecionar um tema, sendo escolhido o tema das “Audiências Públicas no Supremo Tribunal Federal”. Destarte, a participação dos alunos e as visitas ao Supremo Tribunal Federal, bem como o interesse na matéria abordada (Direito Constitucional, sobretudo, direitos fundamentais) foram motivos determinantes para escolha e aprofundamento da temática.

Portanto, inúmeras atividades foram desenvolvidas no âmbito da pesquisa. Ressaltamos as principais: participação em audiências públicas no STF; entrevista com o Ministro Marco Aurélio de Mello; publicação de artigo na Revista da IES; entre outras.

1. Dados do Grupo de Pesquisa

1.1 Pesquisadores:

Graciele Neto Cardoso Lins Dutra. CPF: 048.427.716-23. ICESP-Guará.

Data de nascimento: 09/06Q1981.

1.2 Discentes:

1. Afonso Salurtiano Neri
2. Alessandra dos Santos Moura
3. André Luis Souza Martins
4. Bárbara A. Pereira
5. Carolina Moreira
6. Cristiane de Conti Carvalheira
7. Dalete Cruz
8. Edgard C. dos Santos
9. Fabiana Sousa Oliveira
10. Francinaldo dos Santos Silva
11. Francineide Marinho
12. Ian Gabriel de O. Barbosa
13. Igor de Cerqueira Lanes
14. Inácio Silva
15. Jucélia Melo da Silva
16. Juliana Ferreira
17. Luana Bicalho Feliz
18. Luis Felipe Lira
19. Luiz Mauricio dos Santos
20. Maria P. Zanata
21. Mariana Fernandes de Amorim
22. Mariana Sousa

23. Nailson Sousa.
24. Nayara Rabelo
25. Pedrinho V. Leonardo Tosta
26. Pedro Henrique Nunes
27. Pedro Henrique Santos
28. Poliany Martinez
29. Renato Allison R. Fontes

30. Ricardo Oliveira
31. Saulo Brandão dos Santos

32. Senival Nascimento Filho
33. Stéfany Daniely Marques Porto

34. Stela Mary Rossini de Rezende
35. Thiago Alves
36. Thiago Fhelipe Rodrigues Carvalho

37. Tiago Silva Santos

38. Vicente Elias Santos

1.3 Linhas de Pesquisa:

1. Estado e Direito Constitucional:

Objetivos: Desenvolver estudos e estimular a pesquisa científica no âmbito jurídico articulado com outras áreas do conhecimento do Direito Constitucional e da Teoria do Estado, sobretudo, das participações sociais, contemplando a democracia participativa como vetor primordial para a efetivação do princípio da cidadania, por meio de uma análise dos instrumentos utilizados pelo Poder Público local e federal.

Palavras-chave: Constituição; Estado; Poder.

2. Direitos Fundamentais e Democracia Participativa:

Objetivos: Promover o estudo sobre a democracia participativa e da cidadania no discurso jurídico contemporâneo, bem como investigar e analisar a utilização de instrumentos e mecanismos desenvolvidos pelo Poder Público no âmbito da participação cidadã (audiências públicas no STF).

Palavras-chave: Democracia, participação social, governança.

Área de Aplicação: Teoria do Estado e Direito Constitucional

2. Dados do Projeto de Pesquisa

TÍTULO DA PESQUISA: A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CIDADANIA NO ESTADO CONTEMPORÂNEO

1 INTRODUÇÃO

No Estado contemporâneo, o discurso jurídico da democracia participativa configura-se como um paradigma que visa aproximar o cidadão do Poder Público. Nesse sentido, a democracia participativa consiste na participação do cidadão nos processos de decisão jurídico-política. O Brasil tem se tornado referência nas esferas do orçamento participativo e das audiências públicas, sendo subdomínios desse tipo de democracia.

O presente projeto de pesquisa constitui-se num instrumento para aperfeiçoar as relações entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Curso de Direito das Faculdades Icesp-Promove, sendo o mesmo vinculado à linha de Pesquisa “Constituição e Democracia: Direitos Fundamentais e Constituição”.

A definição do tema e a situação-problema que norteiam este projeto têm por finalidade fomentar e estimular, a partir da pesquisa científica, o alcance de maior conhecimento em torno de algumas disciplinas estruturantes do Curso de Direito, bem como conceder ao aluno uma visão crítica e analítica sobre a cidadania, com intuito de despertar o interesse pela *res publica* e compreender seu papel no âmbito da responsabilidade cívica.

Propõe-se ainda, com o presente projeto, permitir ao corpo discente da Instituição de ensino realizar a investigação sobre o direito e o Estado fazendo interface com outras áreas do conhecimento que integram a base curricular do curso de direito, no caso com a sociologia, antropologia jurídica, ciência política e o jornalismo político.

Busca-se, por fim, estimular o conhecimento jurídico e o desenvolvimento da pesquisa científica no campo da democracia e da cidadania, contribuindo assim com a formação de profissionais do direito que estejam mais inteirados de questões de grande relevância e alcance social e político.

Em suma, o projeto propõe conceder ao corpo discente uma abordagem teórico-pragmática da democracia participativa e um estudo analítico sobre a importância real desse tipo democrático na efetivação da cidadania.

2 JUSTIFICATIVA

2.1 Relevância temática

Nos dias atuais, os discursos enfrentam a questão da limitação e deficiências da democracia indireta. A democracia na forma representativa já não é suficiente para a realidade contemporânea, por não ser capaz de atender as exigências contidas na diversidade social.

Todos os discursos sobre a democracia contemporânea refletem uma democracia mais expressiva, com espaços para uma postura ativa do cidadão no contexto plural. Desse modo, os pilares que estão na base da relação entre Estado e indivíduo – democracia e cidadania - já anunciam uma nova dimensão da cidadania do indivíduo no âmbito da democracia participativa.

A cidadania, na esfera atual, já não está simplesmente ligada ao fato de poder de exercício dos direitos políticos, de votar e ser votado, e estar vinculado a um Estado, mas a cidadania envolve uma questão primordial do retorno à concepção de cidadão ativo.

No âmbito da democracia participativa, houve uma abertura estatal às manifestações, discussões e decisões jurídico-políticas da sociedade. No Brasil, por exemplo, destacam-se dois modelos recentes de participação social ativa, o orçamento participativo e as audiências públicas na esfera do Poder Judiciário.¹

O indivíduo da sociedade pluralista e complexa é chamado a co-atuar de modo responsável, não apenas como subalterno ou ente passivo do Estado, mas exercendo a função de co-autor das decisões jurídico-políticas.

Portanto, da insurgência dos atores sociais diante da patente crise econômica e estatal remanesce um novo atuar do Estado que passa a ser articulador e coordenador. A sociedade contemporânea vem delinear novas funções e novas formas de atuação do Estado, configurando novos paradigmas jurídico-políticos.

Enfim, basta olhar para o panorama atual das mudanças paradigmáticas e dos fenômenos internos e globais para que se vislumbrem as transformações, desta forma, torna-se em vão tecer um enorme

¹ O Ministro Ricardo Lewandowski ressaltou que as audiências públicas se inserem dentro dessa ideia de democracia participativa, ou seja, de uma participação do povo no processo de tomada de decisões. O ADIn nº 3510. Disponível in: www.stf.jus.br

complexo de linhas justificativas para evidenciar a relevância das transformações ocorridas no seio da sociedade, pois a realidade contemporânea por si só já diz tudo.

O contexto social contemporâneo encontra-se marcado pela existência de pluralismo pautado na diversidade de valores que se manifestam nas sociedades democráticas. Nesse contexto, surge um novo modelo de cidadania.

Este modelo está voltado para os direitos e os deveres dos cidadãos enquanto membros atuantes e participantes nos processos de tomada das decisões jurídico-políticas do Estado. O contexto social evidencia e exige um comportamento ativo e responsável do cidadão em diversos âmbitos estatais. Portanto, o novo paradigma da cidadania está consubstanciado na vertente do cidadão responsável e comprometido com a *res publica* no domínio da democracia participativa.

2.2 Situação-problema

Conforme destacado, o Brasil tem sido referência no tocante à adoção de mecanismos e instrumentos que evidenciam a implementação de espaços públicos de participação cidadã segundo os cânones da democracia participativa.

O orçamento participativo, as audiências públicas nos Tribunais, os canais de manifestação popular como ouvidorias, bem como as redes e programas de informações de assuntos públicos abertas ao cidadão (de olho no dinheiro público, portal da transparência, entre outros) são mecanismos já adotados no âmbito da Administração Pública brasileira.

Tais mecanismos são, relativamente, recentes. Embora relevantes por visarem uma aproximação do poder público com o cidadão, há que se verificar até que ponto tais instrumentos estão ao alcance da população e quais os resultados que podem ser auferidos da utilização desses instrumentos. Em outras palavras, no âmbito teórico dogmático a democracia participativa tende a ser um paradigma promissor, mas como estão sendo implementados esses mecanismos? Será que na esfera pragmática o sistema e os mecanismos utilizados conseguem atingir a finalidade almejada nos discursos contemporâneos?

É inegável a relevância de se analisar de forma crítica o distanciamento teórico e pragmático e delinear os problemas que têm sido levantados nesse âmbito, sobretudo, o objetivo de diagnosticar o motivo da falta de interesse do cidadão no âmbito da participação jurídico-política.

A questão colocada determina uma análise sobre a recorrente dissociação que vem sendo feita entre a prática e a teoria, entre o cidadão e o poder público, o que impõe uma investigação contundente sobre o paradigma da efetivação da cidadania.

O intuito de analisar os mecanismos da democracia participativa, o interesse e a participação do cidadão, bem como se a cidadania está sendo efetivada neste âmbito consiste numa premissa salutar para a consolidação da democracia participativa e na cidadania contemporânea.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Desenvolver estudos e estimular a pesquisa científica no âmbito jurídico articulado com outras áreas do conhecimento do Direito Constitucional e da Teoria do Estado, sobretudo, das participações sociais, contemplando a democracia participativa como vetor primordial para a efetivação do princípio da cidadania, por meio da análise das audiências públicas no Poder Judiciário.

3.2 Específicos

- Promover o estudo sobre a democracia participativa e da cidadania no discurso jurídico contemporâneo;
- Investigar e analisar a utilização de instrumentos e mecanismos desenvolvidos pelo Poder Público no âmbito da participação cidadã (audiências públicas no Supremo Tribunal Federal);
- Estimular a formação de cidadãos profissionais conscientes de uma responsabilidade cívica pelos assuntos públicos;

4 METODOLOGIA (materiais e métodos)

A pesquisa será desenvolvida por meio do método histórico e analítico, no âmbito teórico, com intuito de abordar o contexto da democracia direta, em especial, aqueles modelos que influenciaram na formação da democracia participativa contemporânea.

Será desenvolvida também uma pesquisa a partir de informações atinentes aos mecanismos democráticos utilizados pelo poder público brasileiro no tocante às audiências públicas no Supremo Tribunal Federal.

Além das referências bibliográficas e jurisprudências, serão utilizadas como fonte de pesquisa informações, dados públicos e entrevistas com cidadãos, juristas e autoridades públicas sobre o tema.

3. Publicações

a) Atividades:

Entrevista com o Ministro Marco Aurélio Mello no Supremo Tribunal Federal



A professora Graciele Neto Cardoso Lins Dutra e os alunos (membros do grupo de estudos “Estado, Democracia e Direito”) do Curso de Direito ICESP realizaram uma entrevista com o Ministro Marco Aurélio Mello, em seu gabinete no Supremo Tribunal Federal, no dia 18 de setembro de 2012.

Os alunos, juntamente com a professora, participaram da Audiência Pública sobre o amianto promovida, no dia 24 de agosto de 2012, para debater o uso desse mineral no país. Após a audiência, a professora solicitou uma entrevista com o Ministro para tratar do tema das audiências públicas no Supremo Tribunal Federal.

A entrevista com o Ministro visou colher informações sobre as audiências públicas e a democracia participativa como modelo de participação social nos processos de decisões nas instâncias do poder público

e a opinião da autoridade pública (Ministro Marco Aurélio) sobre o assunto. A professora ressaltou que as respostas proferidas pelo Ministro e os dados obtidos foram relevantes e serão utilizados na Pesquisa desenvolvida pelo grupo de estudos “Estado, Direito e Democracia” do Curso de Direito – ICESP/Faculdades Promove.

Participação do Grupo de Estudos “Estado, Democracia e Direito” na Audiência Pública no Supremo Tribunal Federal (STF)



As alunas Grazieli, Rosimery, Francineide e a Professora Graciele Dutra do grupo de estudos “Estado, Democracia e Direito” do Curso de Direito ICESP participaram, como ouvintes, da audiência pública no Supremo Tribunal Federal, no dia 25 de Novembro de 2013.

A audiência pública tratou a respeito do Programa “Mais Médicos”. O STF reuniu especialistas de órgãos públicos, entidades da sociedade civil e representantes da medicina para expor temas relacionados ao programa. O evento foi convocado pelo ministro Marco Aurélio relator das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.037 e nº 5.035. O assunto é relevante por envolver princípios ou bens jurídicos constitucionais como o direito à saúde.

A professora ressaltou a importância da participação dos alunos nesses eventos não somente pela necessidade de verificar, de forma mais pragmática, o funcionamento da Suprema Corte, mas, sobretudo, pelo intuito de despertar o interesse cívico no âmbito acadêmico, tendo em vista que a realização de audiências públicas no Supremo Tribunal Federal representa um marco no contexto das novas formas de democratização dos Poderes Públicos. Essa abertura à sociedade civil organizada demonstra a relevância da participação cidadã no processo jurídico-constitucional.

O grupo de estudos trata de temas relacionados à Democracia, Estado e Direito com enfoque na democracia contemporânea que se desenvolve nas esferas do orçamento participativo e das audiências públicas no STF.

Publicações:

Artigo publicado na Revista Jurídica Virtù: Direito e Humanismo.

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO ESTADO CONTEMPORÂNEO

Participatory democracy in the contemporary State

por Graciele Neto Cardoso Lins Dutra¹

em co-autoria com Thiago Filipe Rodrigues de Carvalho²

Resumo: A democracia participativa é uma realidade promissora que se faz presente no Estado contemporâneo. No entanto, para compreender o processo de participação social que se desenvolve a partir desse âmbito democrático, torna-se necessário discutir, analisar e definir alguns paradigmas que foram muito debatidos nos séculos passados, mas, na atualidade, voltam a configurar o centro do discurso atual: Estado, sociedade e cidadania. O artigo visa analisar tais conceitos com enfoque na democracia participativa.

Palavras-chave: Democracia participativa; cidadania; Estado.

Abstract: *Participative democracy is a promising reality that is present in the contemporary state. However, to understand the process of social participation that develops from this democratic context, it becomes necessary to discuss, analyze and define some paradigms that have been hotly debated in past centuries, but in actuality, return to set up the center of the current discourse: Status, society and citizenship. The article aims to analyze these concepts with a focus on participative democracy.*

Keywords: *Participative democracy; citizenship; State.*

Sumário: Introdução. 1. A legitimidade do poder do Estado. 2. Os direitos fundamentais e a cidadania. 3. A democracia participativa no Estado Contemporâneo. Conclusão. Referências bibliográficas.

Texto completo disponível in: <http://erevistas.site88.net/index.php/virtu/article/view/16>

4. Imagens



